

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.347 - SP (2018/0254895-9)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : UNIÃO
EMBARGADO : IRACEMA ALVES DOS SANTOS
EMBARGADO : ANDREIA FABIA DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ LUIZ PENARIOL - SP094702

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO DE OMISSÃO CONFIGURADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração no recurso especial opostos contra decisão assim ementada (fl. 602, e-STJ):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PENSÃO POR MORTE. TERMO FINAL DATA EM QUE A VÍTIMA COMPLETARIA IDADE CORRESPONDENTE À EXPECTATIVA DE VIDA MÉDIA ATUALIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESSA EXTENSÃO, NEGADO PROVIMENTO.

O embargante sustenta que o acórdão contém o vício de omissão porquanto, ao aplicar os enunciados de Súmula 282/STF e de Súmula 284/STF, deixou de considerar os artigos 2º, I, e 27 da MP nº 353/2007, que, por sua vez, conforme alega, seria suficiente para embasar a tese de incompetência suscitada, bem como estaria devidamente prequestionada.

Sem impugnação, conforme certidão de fl. 617.

É o relatório, decidido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

A decisão embargada decidiu a controvérsia ao assentar que não houve indicação de dispositivo infraconstitucional supostamente violado em relação à tese de deslocamento de competência que seria resultado da sucessão da Rede Ferroviária Federal S/A pela União.

Ocorre que o embargante apontou em seu recurso especial, às fls. 557/559 (e-STJ), os artigos 2º, I, e 27 da MP nº 353/2007, posteriormente convertida na Lei n. 11.483/2007, como dispositivos infraconstitucionais supostamente violados.

Entretanto, conforme destacado no *decisum* embargado, os citados dispositivos não foram objeto de apreciação pela Corte de origem. Isso porque, compulsando as fls. 542/543, observa-se que a questão relativa à sucessão da estatal foi decidida com esteio em dispositivos constitucionais, o que mantém o não conhecimento do recurso especial sob o fundamento do enunciado de Súmula 282/STF.

Acrescente-se, por oportuno, que adentrar o debate a respeito do deslocamento da competência ante a sucessão da estatal pela União, nos moldes em que decidido pelo Tribunal *a quo*, implicaria na usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, **acolho parcialmente** os embargos de declaração nos termos supracitados mantendo, contudo, a parte dispositiva da decisão embargada.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

